JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE NOVEMBRO
Ed. 79. Vol. 1 - Págs. 128-141
DOI: 10.5281/zenodo.24314692



CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2



TERRITORIALIDADE, DIREITO À CIDADE, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA NAS PRÁTICAS E DISCURSOS DAS VENDEDORAS AMBULANTES DE ARAGUAÍNA-TO[1]

TERRITORIALITY, RIGHT TO THE CITY, INTERSECTIONALITY, AND RESISTANCE IN THE PRACTICES AND DISCOURSES OF STREET VENDORS IN ARAGUAÍNA-TO

Iago Silva DIAS[2]
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Centro Educacional CERRATO
E-mail: iago.cerratotecnico@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0001-3456-0394

RESUMO

Este artigo analisa como territorialidade, direito à cidade, interseccionalidade e resistência cotidiana se articulam nas experiências de mulheres vendedoras ambulantes de Araguaína, Tocantins. Objetiva interpretar as relações entre percursos comerciais, reconhecimento social, desigualdades de gênero, raça e classe e estratégias de permanência nos espaços urbanos. Trata-se de estudo qualitativo, de caráter empírico e interpretativo, fundamentado na triangulação entre observação participante moderada, registros em diário de campo e entrevistas semiestruturadas, conforme o manuscrito de origem. O material examinado descreve quatro entrevistas e observações de práticas de venda em ambientes urbanos, especialmente nos circuitos noturnos. A fundamentação articula contribuições de Raffestin, Certeau, Soares, Gonzalez, Carneiro, Hall, Pamplona e Spradley. A análise identifica negociação de pontos de venda, ajustes de rotas, redes familiares e comunitárias, experiências de constrangimento e reivindicações de reconhecimento do trabalho. A presença territorial das ambulantes é simultaneamente atividade de subsistência e prática de afirmação social, embora limitada por inseguranças normativas e assimetrias de poder. Conclui-se que políticas municipais participativas devem dialogar com as trabalhadoras, reconhecendo a pluralidade dos seus circuitos de comercialização. Os resultados são contextuais e não autorizam generalizações estatísticas.

[1] COMO CITAR: (ABNT): DIAS, I. S. Territorialidade, Direito à Cidade, Interseccionalidade e Resistência nas Práticas e Discursos das Vendedoras Ambulantes de Araguaína-TO. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Novembro de 2026 - Ed. 79. VOL. 01. Págs. 128-141. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.
[2] Artigo vinculado à Dissertação de Mestrado acadêmico, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, 2025).

Palavras-chave: Comércio ambulante. Territorialidade. Direito à cidade. Interseccionalidade. Resistência cotidiana.

ABSTRACT

This article examines how territoriality, the right to the city, intersectionality, and everyday resistance intersect in the experiences of women street vendors in Araguaína, Tocantins, Brazil. It aims to interpret the relationships between commercial routes, social recognition, gender, racial and class inequalities, and strategies for remaining in urban spaces. The study is qualitative and interpretive, drawing on the source manuscript's triangulation of moderate participant observation, fieldnotes, and semi-structured interviews. The material describes four interviews and observations of street-selling practices, particularly in nighttime urban circuits. Its theoretical framework brings together Raffestin, Certeau, Soares, Gonzalez, Carneiro, Hall, Pamplona, and Spradley. The analysis highlights negotiated selling places, route adjustments, family and community support networks, experiences of harassment, and demands for recognition of work. Vendors' territorial presence is both a livelihood and a form of social affirmation, although constrained by regulatory insecurity and unequal power relations. The study concludes that participatory municipal policies should engage directly with these workers and acknowledge diverse circuits of street commerce. Findings are context-specific and do not allow statistical generalization.

Keywords: Street vending. Territoriality. Right to the city. Intersectionality. Everyday resistance.

INTRODUÇÃO

O comércio ambulante integra a vida econômica e cultural das cidades brasileiras e participa da produção social dos espaços urbanos. Em Araguaína, no norte do Tocantins, as trabalhadoras que comercializam mercadorias em ruas, praças e no entorno de bares e restaurantes mobilizam conhecimentos práticos sobre circulação, horários, clientela, segurança e relações de vizinhança. Esses saberes são inseparáveis das condições materiais de existência e das formas de reconhecimento ou rejeição da sua presença.

A questão norteadora deste estudo é: de que modo relações de poder atravessadas por gênero, raça e classe condicionam a produção de territorialidades e as estratégias de resistência de mulheres vendedoras ambulantes em Araguaína? A

hipótese interpretativa sustenta que a visibilidade econômica dessas trabalhadoras pode coexistir com insegurança normativa e invisibilidade institucional, ao passo que suas práticas revelam agência, negociação e redes de solidariedade.

O objetivo geral é analisar as articulações entre territorialidade, direito à cidade, interseccionalidade e resistência cotidiana nas práticas e discursos de vendedoras ambulantes de Araguaína. Especificamente, procura-se discutir a historicidade do comércio feminino de rua; interpretar a circulação e a negociação dos espaços; examinar dimensões interseccionais dos relatos; identificar estratégias de proteção e apoio; e refletir sobre implicações para a formulação de políticas urbanas inclusivas.

A relevância da pesquisa reside em articular referenciais da geografia do poder, dos estudos sobre o trabalho informal e do feminismo negro aos relatos e observações presentes no manuscrito. O recorte não pretende representar todas as trabalhadoras do município, mas interpretar processos sociais localizados e oferecer pistas para investigações futuras.

METODOLOGIA

A pesquisa assume abordagem qualitativa, interpretativa e interdisciplinar. O manuscrito-base descreve observação participante em nível moderado, diários de campo e entrevistas semiestruturadas. A participação moderada busca equilibrar interação e distanciamento analítico, segundo Spradley (1980), permitindo observar práticas cotidianas sem substituir a perspectiva das pessoas pesquisadas.

O cenário compreende circuitos de comércio ambulante na cidade de Araguaína, com menções à Vila Aliança e à Praça do Setor Noroeste, bem como ao entorno de bares e restaurantes. As entrevistas e os registros foram cotejados para interpretar narrativas de inserção na informalidade, deslocamentos, abordagens de clientes, estigmas, vínculos de apoio e relações com a fiscalização.

O texto-fonte informa quatro entrevistas, mas em trechos anteriores da documentação do projeto há referências a diferentes totais de pessoas identificadas. Para evitar imprecisão, preserva-se a contagem de entrevistas informada neste manuscrito, sem inferir representatividade amostral ou equivalência automática entre entrevistas e interlocutores. Os depoimentos são identificados apenas pelas iniciais utilizadas no original.

A análise foi organizada em cinco eixos: (a) historicidade do trabalho ambulante feminino; (b) gênero, raça e classe; (c) territorialidade e direito à cidade; (d) redes e resistência cotidiana; e (e) reconhecimento e regulação municipal. As

citações diretas de entrevistadas foram evitadas quando não era possível conferir, no anexo, a transcrição original integral. A interpretação permanece ancorada nas narrativas descritas pelo autor.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trabalho Informal Feminino e Historicidade das Ocupações de Rua

A informalidade urbana não se limita à ausência de vínculo empregatício: inclui formas heterogêneas de organização da produção, comercialização e obtenção de renda. Pamplona (2013) mostra que o comércio ambulante reúne dinâmicas produtivas e ocupacionais próprias, frequentemente marcadas pela pequena escala e pela participação direta de quem vende. Essa perspectiva ajuda a evitar interpretações que reduzam o trabalho de rua a improvisação ou desorganização.

Uma leitura histórica demanda atenção especial ao trabalho feminino negro. Soares (1996), ao estudar as ganhadeiras de Salvador no século XIX, demonstra a importância econômica das mulheres negras no comércio urbano e evidencia formas de circulação, sociabilidade e resistência em condições profundamente desiguais. A aproximação entre esse passado e Araguaína é analógica e interpretativa; não autoriza presumir identidade entre conjunturas históricas tão distintas.

Ao examinar a divisão social e racial do trabalho, Davis (2016) e Gonzalez (2020) oferecem instrumentos para questionar imagens homogêneas da experiência feminina e para reconhecer a historicidade da subordinação e da agência das mulheres negras. Nesse sentido, a mobilidade comercial deve ser analisada simultaneamente como trabalho, produção de renda e exercício de presença na cidade.

Território, Poder e Apropriação Cotidiana do Espaço

Raffestin (1993) diferencia espaço e território ao compreender este último como produção relacional que envolve atores, trabalho, energia, informação e poder. Aplicada ao comércio ambulante, essa chave conceitual permite observar que pontos de venda e itinerários não são apenas localizações geográficas: constituem relações negociadas com comerciantes, clientes, agentes públicos e outros trabalhadores.

Em diálogo com Certeau (1994), as alterações de percurso, a escolha de horários e o manejo da abordagem comercial podem ser interpretados como táticas cotidianas de sujeitos que não controlam integralmente as condições de uso do espaço. Não se trata de romantizar a adaptação: a inventividade prática

frequentemente convive com insegurança econômica e restrições de acesso. Assim, territorializar significa estabelecer usos e sentidos para determinados lugares em relações de poder assimétricas.

As pesquisas de Reginensi (2018) e Cordeiro (2023), presentes na bibliografia do manuscrito, ampliam o diálogo ao tratar do comércio informal, das fronteiras socioespaciais e das práticas de circulação. Em Araguaína, tais referenciais orientam a interpretação das negociações com estabelecimentos, da leitura de riscos e dos deslocamentos em circuitos comerciais.

Gênero, Raça, Classe e Interseccionalidade

A análise interseccional não consiste em somar desigualdades isoladas, mas em examinar como posições sociais interagem na produção de experiências concretas. Gonzalez (2020) contribui para compreender as articulações entre racismo, sexismo e divisão do trabalho no Brasil, enquanto Carneiro (2011; 2023) permite problematizar mecanismos materiais e simbólicos de exclusão, deslegitimação e reconhecimento racializado.

Davis (2016) evidencia que as trajetórias de mulheres negras não podem ser explicadas por uma categoria abstrata e universal de mulher. No universo das ambulantes, responsabilidades de cuidado, recursos econômicos, relações raciais e expectativas de segurança podem condicionar horários, acompanhamentos e oportunidades comerciais de modo diferenciado. A interseccionalidade, assim, orienta perguntas situadas em lugar de generalizações sobre um grupo supostamente homogêneo.

A perspectiva de Scott (1999), presente na bibliografia do estudo, também é relevante por compreender gênero como categoria histórica de análise. Sua mobilização permite tratar o assédio, os papéis atribuídos às mulheres e a legitimação masculina da presença no espaço público como relações sociais, e não como atributos naturais das trabalhadoras.

Representação, Invisibilidade e Direito à Cidade

Hall (2006; 2016) permite compreender identidades e representações como processos históricos e relacionais. A atribuição de estereótipos às vendedoras ambulantes pode converter sua presença econômica em imagem de inadequação ou desordem; em contrapartida, narrativas de honestidade e autonomia expressam disputas pelo sentido social do trabalho. A invisibilidade, nesse caso, não significa

ausência física, mas insuficiência de reconhecimento como interlocutoras legítimas da vida urbana.

O direito à cidade é aqui utilizado como horizonte analítico de pertencimento, participação e acesso equitativo aos usos urbanos, sem pressupor um direito irrestrito de comercializar em qualquer espaço privado ou público. As reivindicações de reconhecimento devem ser examinadas junto às normas aplicáveis, às condições de circulação de terceiros e à proteção das próprias trabalhadoras. Essa distinção impede transformar todo conflito de uso do solo em demonstração automática de discriminação.

Redes de Solidariedade e Resistência Cotidiana

A cooperação e os vínculos de confiança integram a infraestrutura social do comércio ambulante. Barroso (2012), ao estudar redes entre vendedores ambulantes, oferece suporte à compreensão dessas relações como recursos de circulação e permanência. A resistência não precisa assumir a forma de protesto explícito: pode manifestar-se em ajustamentos de rota, apoio familiar, troca de informações e recusa de enquadramentos depreciativos.

Em perspectiva crítica, Carneiro (2023) e Gonzalez (2020) permitem compreender a dimensão política do reconhecimento de mulheres racializadas. Contudo, redes comunitárias não substituem direitos, condições adequadas de trabalho nem canais institucionais de participação. A solidariedade deve ser analisada juntamente com seus limites e com as responsabilidades da gestão pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicidade, Cuidado e Inserção no Comércio Ambulante

A literatura sobre as ganhadeiras e outras formas históricas de trabalho feminino nos espaços urbanos baianos oferece um referencial útil para compreender a persistência de determinados modos de ocupação, regulação e estigmatização do comércio feminino ambulante. Essas genealogias mostram que a circulação, a mobilidade e a organização comunitária já foram, historicamente, respostas à desigualdade estrutural, estratégias que articulavam sobrevivência econômica e construção de redes sociais sob formas de vigilância e controle. Em Araguaína, embora o passado e o presente não sejam idênticos, é possível identificar ressonâncias claras entre práticas históricas e contemporâneas: o temor à

fiscalização, a necessidade de negociar constantemente e a construção de arranjos coletivos para viabilizar a atividade.

Os dados de campo corroboram essa continuidade. L.S.L., por exemplo, explicou que sua entrada na venda de brigadeiros resultou de uma rearrumação das responsabilidades domésticas após a pandemia: vender permitiu conciliar cuidado dos filhos e geração de renda, uma estratégia de sobrevivência que remete às dinâmicas de autonomia econômica feminina descrita na pesquisa de Soares (1996). Esse tipo de motivação – ser ambulante por necessidade e pela compatibilização com trabalhos de cuidado – aparece de modo recorrente nas entrevistas e nas notas de campo.

A presença de práticas de proteção e de negociação local também é evidente. No caso de M.V.F.C., a atuação compartilhada com o companheiro (entrevistado como O.L.M.) demonstra uma tática de segurança e expansão de mercado: a presença masculina é usada, em certos contextos, como escudo contra o assédio e como forma de legitimação da ação no espaço público. Já M.J.P.S. constrói uma prática mais coletivizada, envolvendo família e jovens da comunidade na dinâmica de venda, o que ilustra uma pedagogia territorial do trabalho, uma forma de repartir risco, gerar ocupação e criar vínculos que garantem circulação e proteção no território. Esses arranjos ecoam as redes e estratégias observadas em contextos históricos, onde a coletividade feminina foi recurso central para enfrentar exclusões institucionais.

A descrição da trajetória de L.S.L. demonstra a articulação entre geração de renda e responsabilidades familiares, mas não permite afirmar que todas as entrevistadas partilhem os mesmos motivos de ingresso na informalidade. O diálogo com Soares (1996), Gonzalez (2020) e Pamplona (2013) reforça a necessidade de situar historicamente a atividade, sem apagar as diferenças entre os contextos.

Interseccionalidade, Constrangimento e Estratégias de Proteção

A dimensão do cuidado e da maternidade aparece como elemento central na configuração da atividade ambulante feminina. L.S.L. relata que a escolha por vender brigadeiros decorreu da necessidade de conciliar trabalho e cuidados com quatro filhos, uma motivação típica que articula responsabilidades reprodutivas e impossibilidades do mercado formal. Sua fala, em que afirma querer ser vista “como trabalho, não como alguém que está pedindo ajuda”, ilumina a tensão entre reconhecimento e estigmatização social: o trabalho ambulante é ao mesmo tempo sustento e imagem pública que precisa ser gerida. Essa busca por dignidade laboral, colocada em termos de reconhecimento social, evidencia como o gênero e a condição

de mãe moldam tanto as oportunidades quanto as estratégias de atuação das vendedoras.

O assédio e a deslegitimação de presença feminina no espaço público constituem outro eixo interseccional importante. Em observações registradas na Praça do Setor Noroeste, foi documentada uma interação em que uma vendedora de bolos no pote sofreu olhares invasivos e comentários de teor ambíguo por parte de um cliente embriagado, situação que a levou a se retirar e não retornar naquela noite. Esse episódio, registrado nos diários de campo, ilustra como o gênero transforma a experiência de venda em um risco corporal e simbólico: as abordagens que ultrapassam o âmbito comercial são frequentemente lidas como insegurança física e humilhação pública, impelindo estratégias defensivas (evitar determinados locais, trabalhar acompanhada, preferir ambientes com alimentação).

A interseção com raça emerge de modo explícito nas narrativas e nas reações dos clientes: M.J.P.S. relatou episódios de discriminação direta “vou comprar essa pimenta não que não presta não” e demonstrou como esse tipo de repúdio racializado afeta custos materiais e simbólicos do trabalho (queda de vendas, sensação de vergonha, necessidade de provar qualidade constantemente).

Ao mesmo tempo, a atuação coletivizada de M.J.P.S., mobilizando filhos e jovens da comunidade, oferecendo “agrado” e instrução sobre trabalho evidencia uma resposta política e pedagógica que articula luta material e construção de legitimidade comunitária. A experiência dela mostra que a racialização não apenas estigmatiza, mas também impulsiona formas de solidariedade organizativa como estratégia de enfrentamento.

O recorte etário e de geração também compõe a malha interseccional: foram observadas crianças e adolescentes vendendo acompanhadas por adultos, e os depoimentos demonstram como a presença de jovens nas saídas de venda se conecta a padrões de reprodução familiar e a estratégias de inserção econômica (treinamento prático, divisão de tarefas, estímulo à saída de situações de risco). Em paralelo, algumas entrevistadas relatam adoção de inovações tecnológicas (uso de redes sociais, delivery via WhatsApp no período da pandemia) que mostram variações de capital cultural e de acesso a recursos entre gerações e sujeitos, fatores que articulam horizonte de mobilidade (aspirações de formalização, abertura de loja) com limitações concretas no presente.

Outra manifestação recorrente da interseccionalidade é a diferença de tratamento em função da presença masculina. No depoimento de M.V.F.C., a presença do companheiro nas saídas aparece como estratégia tática para reduzir assédios e

garantir maior segurança – um recurso que evidencia a vantagem diferencial que corpos masculinos oferecem no cenário urbano, ao passo que as mulheres solitárias ficam mais expostas a constrangimentos e violência simbólica. Ao mesmo tempo, essa estratégia reproduz assimetrias: a legitimidade do trabalho da mulher chega a depender da presença masculina, o que ressalta limitações na autonomia efetiva e as ambivalências da proteção privada.

Esses episódios revelam tensões de gênero e reconhecimento, mas sua interpretação deve respeitar a natureza situada dos registros. Em vez de inferir a frequência de assédio ou discriminação em toda a cidade, o estudo apresenta situações que ajudam a compreender mecanismos possíveis de vulnerabilização e proteção (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2023).

Territorialidades, Percursos e Negociações

As contribuições teóricas sobre território e territorialidade permitem pensar a rua não apenas como pano de fundo neutro, mas como um campo de disputas em que se produzem e se reproduzem hierarquias sociais. Nesse sentido, a ocupação ambulante configura-se como prática territorial: os pontos escolhidos, os itinerários, os horários e as formas de interação com o entorno não são meras decisões operacionais, mas mecanismos pelo qual as vendedoras procuram estabelecer uma presença reconhecível e sustentável na cidade. O ponto de venda, portanto, funciona como um "marcador" físico e simbólico que inscreve o direito ao trabalho e ao espaço na geografia urbana. No material empírico, essa produção de território aparece em decisões táticas recorrentes.

Observações sistemáticas em locais como a Vila Aliança e a Praça do Setor Noroeste evidenciaram que a escolha do ponto envolve leitura prévia do ambiente: proximidade de fluxo de pedestres, relações com comerciantes locais, e análise de riscos (proibições de atuação, assédio, concorrência). Em vários registros de campo, as vendedoras alteraram o ponto imediatamente após notar má receptividade ou indivíduos de comportamento conflituoso; em outros casos, optaram por negociar com proprietários de estabelecimentos para "ganhar" um espaço protegido nas portas de bares/restaurantes. Essas micro decisões expressam, ao mesmo tempo, estratégias de sobrevivência e tentativas de legitimidade perante vizinhança e clientes.

As entrevistas reforçam esse quadro ao mostrar as motivações e os sentidos atribuídos a tais escolhas. L.S.L., por exemplo, descreveu como o deslocamento entre pontos durante o dia responde tanto a variações de demanda quanto a uma lógica de

precaução: “se o movimento aqui cai, eu vou para onde sei que tem gente, ou se o dono do bar reclama eu já vou para outro lado”, enunciado que revela uma sensibilidade prática para a ocupação do espaço que não é aleatória, mas normativa no modo como define “bons” e “ruins” pontos. Em outro relato, M.J.P.S. explicou que trabalhar em frente a um comércio mais receptivo significava “menos problema” com moradores e maior retorno financeiro, o que confirma que o reconhecimento social local participa diretamente da viabilidade econômica do ponto.

Importante distinguir presença física de direito efetivo: ocupar a rua por necessidade não assegura, por si só, o reconhecimento jurídico ou social de pertencimento. As vendedoras produzem formas de regulação informal, códigos de convivência entre si e com o entorno, que operam como instrumentos provisórios de ordenamento, mas que não substituem garantias institucionais. A ausência de normatização específica para ambulantes itinerantes transforma a cidade em espaço de incerteza regulatória, em que a autoridade pública aparece ora como ameaça, ora como irregular presença simbólica.

As práticas de ocupação revelam também caráter performativo: o ponto não apenas gera renda; serve para afirmar identidades e reivindicar visibilidade. Em depoimentos coletados, várias entrevistadas colocaram a atividade como reconhecimento social e como modo de afirmação pessoal, “as pessoas acabam te conhecendo, sabendo quem você é”, o que mostra a dimensão simbólica do ponto como currículum de presença. Ao mesmo tempo, a necessidade de “não incomodar” (evitar conflitos com comerciantes formais, não bloquear entradas) demonstra que esse reconhecimento é condicional e negociado, sujeito a hierarquias locais que limitam o exercício pleno do direito à cidade.

Conforme Raffestin (1993), os percursos e pontos comerciais são produzidos em relações de poder. No material empírico, a seleção de locais mais receptivos, a negociação e os deslocamentos dão forma a territorialidades móveis. Essas práticas podem ser interpretadas à luz das táticas do cotidiano de Certeau (1994), reconhecendo tanto a capacidade de ação quanto a precariedade de seus condicionantes.

Redes Comunitárias e Resistência

Sueli Carneiro e Lélia González também oferecem, no referencial teórico, lentes essenciais para compreender a dimensão coletiva da resistência feminina: para ambas, a organização cotidiana entre mulheres funciona simultaneamente como

mecanismo de reprodução material e como dispositivo de afirmação identitária frente às estruturas de opressão racial e de gênero.

Essas perspectivas teóricas orientam a leitura dos modos pelos quais as vendedoras ambulantes de Araguaína constroem redes de apoio que operam em níveis práticos e simbólicos – reconhecimento recíproco, tutela informativa e legitimação social do trabalho. As evidências de campo confirmam que tais redes não são esporádicas, mas parcialmente institucionalizadas no cotidiano: há práticas estabilizadas e rotinas de cooperação que permitem a circulação diária do trabalho.

Nos diários de campo e nas entrevistas surgem exemplos concretos dessas táticas de sobrevivência. Foram registradas práticas e formas de mutualismo que garantem a reprodução do trabalho em situações de ausência de serviços públicos adequados. L.S.L., ao relatar sua rotina, enfatizou como o apoio de colegas lhe permite manter a jornada mesmo em dias de maior demanda doméstica; M.J.P.S. narrou como a indicação de pontos por outras vendedoras lhe abriu clientela e reduziu riscos de confrontos com moradores. Esses trechos ilustram que as redes funcionam como um capital social prático – mobilizável imediatamente para mitigar choques e aumentar a resiliência econômica.

Os relatos indicam que as redes são úteis, mas não se confundem com proteção social institucional. O desafio para a política urbana consiste em reconhecer tais vínculos sem transferir integralmente às próprias trabalhadoras a responsabilidade por segurança, infraestrutura e condições dignas de comercialização.

Normas Municipais, Reconhecimento e Implicações Públicas

A análise histórica do trabalho feminino ambulante mostra que a regulação sempre esteve presente como instrumento de controle e disciplinamento. Os estudos de Soares (1996) sobre as ganhadeiras, em Salvador do século XIX, já evidenciavam a criação de códigos de postura destinados a normatizar e restringir a circulação de mulheres negras que comercializavam produtos nas ruas.

Como demonstrou Soares (1996), tais dispositivos jurídicos não apenas buscavam ordenar o espaço urbano, mas sobretudo controlar corpos femininos racializados, definindo os limites de sua circulação e legitimidade. Essa perspectiva histórica fornece um espelho crítico para compreender a realidade contemporânea de Araguaína: embora não haja um código formal de regulamentação específico para vendedoras ambulantes itinerantes, subsiste a presença de mecanismos de fiscalização fragmentados, exercidos de forma esporádica e arbitrária.

A ausência de legislação clara cria um cenário paradoxal: há controle, mas não há proteção. Como se observa nas entrevistas, nenhuma das quatro participantes conseguiu citar uma política municipal específica para sua atividade; ao contrário, elas revelam receio de abordagens por parte do poder público, pela insegurança em relação ao ponto de venda e pela sensação de invisibilidade institucional.

As afirmações do manuscrito sobre lacunas legislativas são tratadas aqui como interpretação dos dados e da bibliografia reunida, e não como parecer jurídico conclusivo sobre toda a legislação municipal vigente. Uma avaliação normativa exaustiva requer a conferência atualizada de leis, decretos, atos administrativos e práticas de licenciamento. Ainda assim, as falas documentadas apontam para a relevância de informação pública acessível e canais de escuta participativa.

Síntese Interpretativa

A triangulação dos relatos e das observações permite identificar três articulações: a primeira relaciona subsistência e historicidade do trabalho feminino; a segunda associa poder, circulação e reconhecimento na produção de territorialidades; a terceira aproxima constrangimentos interseccionais e estratégias cotidianas de proteção e solidariedade. Essas dimensões não são universais, mas constituem hipóteses interpretativas fundamentadas nos casos registrados.

Quadro 1: Síntese Interpretativa

EIXO	EVIDÊNCIA DESCRITA NO MANUSCRITO	INTERPRETAÇÃO TEÓRICA
Trabalho e cuidado	Conciliação de vendas e responsabilidades familiares	Soares (1996); Gonzalez (2020)
Territorialidade	Mudança de rotas e negociação de pontos	Raffestin (1993); Certeau (1994)
Gênero e segurança	Estratégias de acompanhamento e saída de locais hostis	Carneiro (2023); Scott (1999)
Reconhecimento	Relatos de rejeição e busca por legitimidade laboral	Hall (2016); Gonzalez (2020)
Redes de apoio	Ajuda familiar e vínculos comunitários	Barroso (2012)

Fonte: Elaboração a partir do manuscrito de Iago Silva Dias (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o comércio ambulante feminino em Araguaína pode ser compreendido como prática simultaneamente econômica, territorial e cultural. As trabalhadoras descritas no manuscrito negociam itinerários e relações locais, mobilizam redes de apoio e procuram legitimar sua presença diante de obstáculos materiais e simbólicos. A articulação entre território e poder, de um lado, e gênero,

raça e classe, de outro, oferece uma interpretação mais complexa que a simples oposição entre formalidade e informalidade.

A principal contribuição consiste em reconhecer a diversidade das estratégias de permanência sem naturalizar as condições que tornam necessária a resistência cotidiana. Políticas públicas que dialoguem com as próprias ambulantes, ofereçam informações normativas claras e considerem segurança, infraestrutura, proteção social e participação podem qualificar o debate local. Como limitação, as entrevistas são poucas e circunscritas a contextos específicos; não se pretende extrapolar resultados à totalidade da população ambulante. Recomenda-se ampliar a pesquisa com observações em horários distintos, mapeamento participativo e escuta de outros atores, preservando a centralidade das vozes das trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Paulo Fábio. **Redes de solidariedade entre vendedores ambulantes da Rua Voluntários da Pátria**, em Porto Alegre/RS. Iluminuras, Porto Alegre, v. 13, n. 30, p. 236-259, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/23093. Acesso em: 17 maio 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORDEIRO, Beatriz Pereira. **Dos vendedores ambulantes nos espaços de mobilidade do BRT Move de Belo Horizonte:** práticas cotidianas e dinâmicas socioespaciais. 2023. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52710. Acesso em: 17 maio 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n.

1, p. 225-249, 2013. Disponível: https://www.scielo.br/j/rbepop/i/2013.v30n1. Acesso em: 23-out-2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REGINENSI, Caterine. Etnografia de atividades de comércio informal: do social ao político, fronteiras flexíveis, jogos de atores na metrópole do Rio de Janeiro. **O Social em Questão,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 119-142, 2018. Disponível: https://www.redalyc.org/journal/5522/552264299004/html/. Acesso em: 20 abr. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 24, n. 2, 1999. Disponível: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/2564. Acesso em: 23-out-2026.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia,** Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20856. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856. Acesso em: 18 abr. 2025.

SPRADLEY, James P. \ New York: **Participante Observation.** Holt, Rinehart and Winston, 1980. Disponível: https://www.jstor.org/stable/2392270. Acesso em: 23-out-2026.